



FERTILIZANTES HERINGER S.A. | CNPJ Nº 22.266.175/0001-88

Relatório da Administração

O mapa abaixo mostra a localização das unidades de produção da Heringer:



Resultados Financeiros

Em 2012, a receita líquida foi de R\$ 5.307,5 milhões, superior em 12,8% à de 2011. Esse crescimento é fruto do aumento do preço médio de vendas, que foi de 9,5% e do aumento do volume de entregas de 2,9%.

O CPV de 2012 foi de R\$ 4.749,4 milhões, superior em 17,4% ao CPV de 2011, que foi de R\$ 4.044,5 milhões. O percentual sobre a receita líquida de 2012 foi de 89,5%, superior ao percentual de 2011, que foi de 86,0%.

No CPV de 2012 estão inclusos R\$ 27,8 milhões referentes aos custos da planta de produção de SSP em Paranaguá-PR, em função da paralisação temporária da unidade. Observa-se uma queda de 12,2% nestes custos em relação ao ano anterior. Em situação de operação, esses estoques agregados ao valor dos estoques de produtos acabados.

O lucro bruto em 2012 foi de R\$ 558,1 milhões, contra R\$ 659,5 milhões em 2011. A margem bruta em 2012 foi de 10,5%, enquanto em 2010 foi de 14,0%. Atribui-se essa queda ao resultado do 3T12.

Frete e comissões foram R\$ 232,3 milhões em 2012, representando 4,4% da receita líquida, contra 4,8% em 2011. As despesas VG&A (sem fretes e comissões) foram de R\$ 155,9 milhões, representando 2,9% da receita líquida, inferiores às de 2011, que representaram 3,2%. É importante salientar que o percentual das despesas VG&A (sem fretes e comissões) também é impactado pela oscilação do preço médio de vendas, como também pelo volume. É uma preocupação constante da Heringer a melhor gestão possível das despesas na busca de uma melhor rentabilidade.

O EBITDA de 2012 foi de R\$ 246,8 milhões, representando uma margem de 4,6%, enquanto em 2011 atingiu o recorde de R\$ 352,5 milhões com margem de 7,5%. O resultado do 3T12 prejudicado o resultado do ano. No segmento de distribuição de fertilizantes, o EBITDA foi de R\$ 262,7 milhões, representando uma margem de 4,9%.

As despesas financeiras líquidas em 2012 foram de R\$ 209,7 milhões, contra R\$ 211,1 milhões de 2011. Esse valor é composto pelos juros líquidos, descontos concedidos, despesas referentes ao AVP (ajuste a valor presente) entre outros, no valor de R\$ 96,6 milhões (R\$ 97,7 milhões em 2011), variação cambial negativa de R\$ 110,4 milhões (R\$ 176,9 milhões em 2011) e despesas com operações de hedge, no valor de R\$ 2,7 milhões (receitas de R\$ 63,5 milhões em 2011).

O resultado líquido em 2012 foi de R\$ 2,5 milhões negativos, enquanto em 2011 foi de R\$ 63,9 milhões positivos, impactado pelo resultado do 3T12. Em função das diversas variáveis desse mercado, sazonalidade, preço das commodities agrícolas, variação cambial, relação de troca de grãos por tonelada de fertilizantes, adversidades climáticas, etc., é importante que o modelo de negócios da companhia seja avaliado em períodos anuais.

	2012	%RL	2011	%RL	%R	%Δ12/11
Receita Líquida	5.307.465	100,0%	4.704.010	100,0%	12,8%	
CPV	(4.749.389)	-89,5%	(4.044.501)	-86,0%	17,4%	
Lucro Bruto	558.076	10,5%	659.509	14,0%	-15,4%	
Fretes e Comissões	(232.241)	-4,4%	(226.409)	-4,8%	2,6%	
VG&A (sem fretes e comissões)	(155.878)	-2,9%	(149.153)	-3,2%	4,5%	
EBITDA	246.771	4,6%	352.492	7,5%	-30%	
Rec./ (Disp.) Fin. Líquida	(209.673)	-4,0%	(211.091)	-4,5%	-0,7%	
Resultado Líquido	(2.466)	0,0%	63.891	1,4%	-103,9%	

	1T	2T	3T	4T	Total
2012 EBITDA	10.775	51.950	40.384	143.662	246.771
margem EBITDA	1,4%	5,5%	2,5%	8,1%	4,6%
2011 EBITDA	44.317	20.768	161.515	125.892	352.492
margem EBITDA	5,7%	2,5%	11,2%	7,6%	7,5%
2010 EBITDA	9.954	(36.677)	38.738	200.317	212.332
margem EBITDA	1,5%	-6,9%	3,9%	15,0%	6,0%

Distribuição de Fertilizantes				Produção de SSP e Ácido Sulfúrico				Total Heringer		
	2012	%RL	2011	%RL	2012	%RL	2011	%RL	2012	2011
Receita Líquida	5.307.465	100,0%	4.702.879	100,0%	-	0,0%	1.131	100,0%	5.307.465	4.704.010
CPV	(4.721.585)	-89,0%	(4.011.697)	-85,3%	(27.804)	-100,0%	(32.804)	-2900,4%	(4.749.389)	(4.044.501)
Lucro Bruto	585.880	11,0%	691.182	14,7%	(27.804)	-100,0%	(31.673)	-2800,4%	558.076	659.509
Fretes e Comissões	(232.241)	-4,4%	(226.409)	-4,8%	-	0,0%	-	0,0%	(232.241)	(226.409)
VG&A	(155.878)	-2,9%	(149.153)	-3,2%	-	0,0%	-	0,0%	(155.878)	(149.153)
EBITDA	262.689	4,9%	372.142	7,9%	(15.918)	-100,0%	(19.649)	-1737,3%	246.771	352.492

Gestão do Capital de Giro

O capital de giro da Heringer reflete a sazonalidade dos negócios. Por isso, a comparação por trimestres equivalentes no ano é mais adequada para o entendimento. A Heringer mantém uma política de capital de giro com o objetivo de manter as operações, com uma posição de caixa adequada às suas necessidades.

A Heringer também possui uma política rígida de crédito, buscando manter em baixos níveis os dias de contas a receber, através de vendas com prazos curtos e uma adequada análise de crédito, procurando reduzir os riscos de inadimplência e perdas. Assim, os dias de contas a receber fecharam em 32 dias no 4T12.

Os dias de estoques no 4T12 ficaram em 39 dias, em linha com os 33 dias do 4T11.

A Heringer busca continuamente através da sinergia entre as áreas comercial, suprimentos e logística, a manutenção do nível ideal dos estoques, procurando atender os clientes com qualidade e no tempo certo.

Os dias de contas a pagar, incluindo as operações de financiamento de importação (FINIMP), fecharam em 115 dias, acima do 4T11, porém em linha com o 3T12.

A Heringer utiliza o seu capital de giro utilizando as linhas de crédito de fornecedores locais, internacionais e de bancos, em busca de uma adequada gestão do fluxo de caixa.



Fluxo de Caixa

Em função da adequada gestão do capital de giro, a Heringer encerrou o ano passado com disponibilidades no valor de R\$ 469,7 milhões contra R\$ 390,3 milhões em 2011. Abaixo estão relacionados os principais itens que reconciliam o aumento do valor de R\$ 79,4 milhões no saldo do caixa em 31/12/2012:

- a) Resultado antes do IR e CSL de R\$ 7,9 milhões;
- b) Despesas (receitas) que não afetam o caixa, no valor de R\$ 83,1 milhões, basicamente formadas por depreciação e amortização, provisões e principalmente pelos valores de variação cambial e hedge não realizado;
- c) Aumento líquido nas contas do ativo, no valor de R\$ 393,3 milhões, cujos valores estão concentrados basicamente no caixa a receber e nos estoques em virtude do crescimento da receita líquida em 2012;
- d) Aumento líquido das contas do passivo, no valor de R\$ 651,2 milhões, cujos valores estão concentrados nas contas de fornecedores nacionais e estrangeiros e nas operações de financiamento de importação;
- e) Investimentos líquidos no valor de R\$ 37,4 milhões (controladora), sendo R\$ 28,5 milhões no consolidado;
- f) Liquidação de operações de financiamentos, incluindo debêntures, no valor de R\$ (216,2) milhões.

	2012	(7.958)
Resultado antes do IR e CS		(7.958)
Despesas/(receitas) que não afetam o caixa		83.076
Redução/(Aumento) nas contas de ativos		(393.295)
(Redução)/Aumento nas contas de passivos		651.203
Fluxo de caixa das atividades operacionais		333.026
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(37.434)*
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		(216.158)
Variação do caixa no período		79.434

Fluxo de caixa das atividades de investimento da controladora. O consolidado atingiu R\$ 28.547 mil.	390.251
Foram feitos investimentos, sem efeito caixa, através de crédito de CMS no valor de R\$ 13.433 mil.	469.685
	79.434

Destaque Financeiros

Embora os indicadores de 2012 tenham sido abaixo do esperado, estão em linha com a média histórica da Companhia. A índice corrente foi de 0,91 em 2012, inferior a 2011, que foi de 0,98, basicamente em função do resultado do 3T12. Nesse índice não foi considerada a reclassificação da última parcela das debêntures, no valor de R\$ 75,7 milhões do passivo não circulante para o circulante, em virtude do pagamento antecipado da totalidade das mesmas em 01/02/2013.

O indicador rendimento líquido/EBITDA passou de 1,7 em 2011 para 3,1 em 2012, em função do impacto da variação cambial sobre a dívida denominada em dólar e pelo valor da EBITDA, prejudicado pelo resultado do 3T12. Ainda assim, tal índice ficou em linha com 2010, quando atingiu 2,9.

O múltiplo EV/EBITDA passou de 3,27 em 2011 para 5,13 em 2012. A melhora aparente deste múltiplo origina-se no aumento do enterprise value, em virtude do aumento da dívida líquida e redução do market cap, aliado a redução do EBITDA em 2012.

Mesmo assim, de acordo com a opinião com os analistas *sell side*, a FHER3 tem potencial para um *upside* de 20% a 50% este ano.

Indicadores Financeiros e Múltiplos	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Liquidez						
Liquidez Corrente	1,31	0,84	0,77	0,91	0,98	0,91(*)
Endividamento						
Endividamento líquido/EBITDA	2,6	5,1	12,3	2,9	1,7	3,1
Rentabilidade						
ROE (LL/PL)	15,7%	-88,4%	17,1%	15,2%	13,5%	-0,5%
EBITDA/PL	16,7%	31,5%	1,4%	51,8%	74,4%	52,4%
Múltiplo de EBITDA						
EBITDA (R\$ mil)	83.266	90.113	38.765	212.332	352.492	246.771
Dívida Líquida (R\$ mil)	216.208	454.985	476.723	607.359	613.374	761.601
Preço das Ações Fechamento (R\$)	19,65	3,56	10,81	9,27	11,10	10,42
Quantidade de Ações	48.566	48.810	48.471	48.471	48.471	48.471
Valor de Mercado (R\$ mil)	954.322	173.764	523.972	449.326	538.208	505.068
Enterprise Value (R\$ mil)	1.170.530	628.748	1.000.694	1.056.685	1.151.402	1.266.669
EV/EBITDA	14,23	6,98	27,11	4,98	3,27	5,13

Resultado Financeiro Controlada
A Heringer atua ainda com operações de transportes rodoviários e prestação de serviços através de sua subsidiária integral Logfert Transportes S.A (anteriormente denominada Lógica Transportes S.A).

LOGFERT TRANSPORTES S.A.

	2012	%RL	2011	%RL	2012x2011
Receita bruta de vendas	54.159		56.827		-4,7%
Impostos e outras deduções de serviços	(7.168)		(8.338)		-14,0%
Receita líquida de vendas	46.991	100,0%	48.489	100,0%	-3,1%
Custos dos serviços prestados	(46.746)	-99,5%	(47.767)	-98,5%	-2,1%
Lucro bruto	245	0,5%	722	1,5%	-66,2%
Recursos (despesas) operacionais	(1.658)	-3,5%	(1.226)	-2,5%	-35,0%
Com vendas	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Gerais e administrativas	(1.662)	-3,5%	(1.233)	-2,5%	-34,8%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	4	0,0%	7	0,0%	-42,9%
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	(1.413)	-3,0%	(504)	-1,0%	180,3%
Recursos (despesas) financeiras	(263)	-0,6%	(64)	-0,1%	310,9%
Receitas financeiras	22	0,0%	6	0,0%	266,7%
Despesas financeiras	(285)	-0,6%	(70)	-0,1%	307,1%
Lucro (prejuízo) operacional	(1.676)	-3,6%	(598)	-1,2%	195,0%
Imposto de renda e contribuição social	570	1,2%	193	0,4%	193,3%
Exercício Corrente	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Diferido	570	1,2%	193	0,4%	193,3%
Lucro (prejuízo) líquido exercício	(1.106)	-2,4%	(375)	-0,8%	194,8%
EBITDA	3.303	7,0%	691	1,4%	378,1%
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos	(1.413)	-3,0%	(504)	-1,0%	180,3%
Depreciação e Amortização	4.716	10,0%	1.195	2,5%	294,6%

Senhores acionistas,
No sentido de atender as disposições legais, a Fertilizantes Heringer S.A, vem apresentar a seguir, o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e as respectivas notas explicativas.

Breve Histórico
Há 44 anos no mercado, a Fertilizantes Heringer S.A, com sede na cidade de Viana, no estado do Espírito Santo, é uma das Companhias nacionais pioneiras na produção, comercialização e distribuição de fertilizantes.

A Heringer teve um crescimento significativo em toda sua trajetória, resultado de investimentos em novas unidades de produção, qualidade e produtos especiais, atendimento personalizado a seus clientes, ampla rede de comercialização e distribuição, acesso seguro e estável a matérias-primas, agilidade no processo decisório e posicionamento estratégico oportuno dentro de importantes mercados regionais.

Atualmente, a Heringer comercializa fertilizantes básicos, fórmulas NPK e fertilizantes especiais em 20 unidades de mistura localizadas nas principais regiões de consumo do Brasil, possuindo capacidade de produção de mistura por volta de 6 milhões de toneladas, levando-se em consideração o ajuste da capacidade produtiva à sazonalidade.

A Heringer distribui fertilizantes para produtores rurais, empresas agrícolas, empresas comerciais e cooperativas, localizados em todo território nacional. Possui ampla capacidade de desenvolvimento de novos fertilizantes especiais por meio de seu corpo técnico, além de dois centros de pesquisa, o que lhe permite atender diversos segmentos do setor de agronegócio.

Como passo importante para seu crescimento e modernização a Heringer abriu seu capital ao mercado ingressando no Novo Mercado da Bovespa em abril de 2007, tendo suas ações negociadas no código FHER3.

Em março de 2008, foi constituída a Lógica Transportes S.A, subsidiária integral da Heringer, para operação de transportes rodoviários e prestação de serviços a terceiros. Em outubro de 2010, a razão social passou a ser Logfert Transportes S.A.

No final de 2008, iniciou-se a produção da fábrica de ácido sulfúrico e super fosfato simples (SSP) em Paranaguá - PR, com capacidade de produção de 200 mil toneladas por ano de ácido sulfúrico e 250 mil de SSP.

Na área da Governança Corporativa, foi instalado, a partir do exercício de 2008, o Conselho Fiscal da Heringer, composto por 3 membros efetivos e 3 suplentes.

Em 2012, iniciou as operações de uma unidade terciarizada em Patos de Minas-MG e de uma unidade própria em Porto Alegre-RS, por meio da aquisição e posterior incorporação da empresa Maxifertil Fertilizantes Ltda. Com essa aquisição, a Companhia encerrou suas atividades na unidade arrendada em 2007, também em Porto Alegre-RS.

Visão Geral da Economia e da Agricultura em 2012
O ano de 2012 foi marcado por elevada volatilidade nos mercados internacionais e também no mercado local. Os mercados continuaram a sofrer com a instabilidade gerada pela situação fiscal da Europa e Estados Unidos, enquanto o mundo apresentou sinais de desaceleração econômica. Ainda assim, a Bovespa conseguiu fechar o ano com alta, de 7%.

A desaceleração chinesa também teve seus impactos no Brasil. A queda no crescimento do país contribuiu para que a balança comercial fechasse o ano com o fraco saldo de US\$ 19,4 bilhões em 2012, contra US\$ 29,8 bilhões no ano anterior. A mesma desaceleração se viu no fluxo cambial, que teve entrada líquida de US\$ 16,7 bilhões no ano passado contra US\$ 65,2 bilhões de 2011. A desaceleração da economia mundial e a interferência exacerbada do governo na economia brasileira, foram alguns dos motivos que levou o país a crescer 0,9%, no ano passado, de acordo com as estimativas. Este crescimento tende a ser o mais fraco desde 2008, ano em que a crise mundial prejudicou o país.

Com o fluxo favorecendo e o governo implementando medidas artificiais para manter a moeda local desvalorizada, o Real subiu de R\$ 1,87/US\$ no fechamento de 2011 para R\$ 2,04/US\$ no final de 2012, desvalorização de 9%.

Com relação à agricultura, 2012 iniciou num ambiente bastante favorável de negócios para os produtores rurais brasileiros. Os bons preços das commodities agrícolas favoreceram os investimentos em expansão de área, renovação de máquinas e manejo das culturas. Todavia, os preços elevados também incentivaram expansões agrícolas em outros países produtores fazendo com que a euforia começasse a ceder espaço à possibilidade de baixa nos preços agrícolas a partir de 2º semestre do ano. Por outro lado, a forte seca nos Estados Unidos que afetou drasticamente a produção agrícola americana, influenciou a manutenção dos preços ainda em patamares elevados, principalmente para soja, milho e trigo. Isso transformou 2012 no melhor ano de rentabilidade de grãos da história.

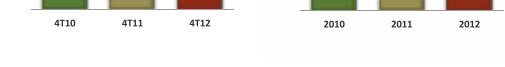
Outro fator positivo para a agricultura em 2012 foi a depreciação do real frente ao dólar em 9%, o que melhorou ainda mais os preços em reais das commodities agrícolas.

Mercado Brasileiro de Fertilizantes
Segundo a ANDA, as entregas no mercado brasileiro de fertilizantes em 2012 foram de 29,5 milhões, um crescimento de 4,3% em relação a 2011. Esse importante crescimento foi motivado pelas boas relações de troca (produtos agrícolas vs. fertilizantes) nas principais culturas agrícolas, pelos preços das commodities agrícolas e pelo câmbio desvalorizado. É importante salientar que este crescimento foi sobre um volume de 28,3 milhões de toneladas entregues em 2011, que já havia crescido 15,5% em relação a 2010.

A produção local caiu de 9,8 milhões de toneladas para 9,7 milhões de toneladas, uma redução de 1,4%. Também houve uma redução de 1,7% nas importações, passando de 19,8 milhões de toneladas em 2011 para 19,5 milhões de toneladas em 2012. O estoque de grãos em poder da indústria encerrou 2012 com volume de 4,9 milhões de toneladas, 4,5% inferior ao de 2011, que foi de 5,1 milhões de toneladas.

A relação estoque/uso, de 16,6%, foi inferior à registrada em 2011, quando atingiu 18,1% frente a uma entrega estimada de 30,5 milhões de toneladas para 2013. Importante salientar que este número é bem inferior aos níveis verificados no ano de 2008, cuja relação estoque/uso era de 28,5%.

Mercado Brasileiro de Fertilizantes – Entregas



Fonte: ANDA

Mercado Brasileiro de Fertilizantes – Produção Local



Fonte: ANDA

Mercado Brasileiro de Fertilizantes – Importação



Fonte: ANDA

Mercado Brasileiro de Fertilizantes – Estoques



Fonte: ANDA

Vendas e Distribuição por Cultura da Heringer
Em 2012, o volume entregue foi de 5.000,2 mil toneladas, 2,9% superior ao volume entregue no mesmo período de 2011. O grande destaque de 2012 foi o crescimento expressivo da cultura de soja, em 26,7%, em função do crescimento de área e de melhor rentabilidade. O milho também teve um bom crescimento de 5,9%. Houve queda de 9,7% para a cultura de café em função da antecipação das entregas no 4T11.

A abrangência nacional da Heringer também mitiga problemas associados ao clima, pragas e doenças que podem atingir determinadas regiões. Também a diversificação das entregas por cultura se manteve no período.



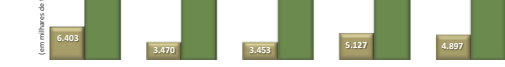
Fonte: ANDA

Produtos Especiais
Os produtos especiais são fertilizantes em grande parte exclusivos da Heringer que possuem características agrônomicas superiores aos padrões de mercado.

A cada ano a participação dos produtos especiais no volume total da Heringer está crescendo e contribuindo para a melhoria das margens e também para a fidelização de seus clientes.

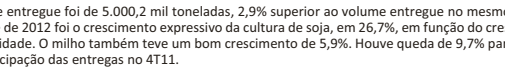
Em 2012, o volume foi de 1.824 mil toneladas, superior ao volume de 2011, de 1.725 mil toneladas, representando um acréscimo de 5,7%. A participação dos produtos especiais no volume entregue foi de 36%, ou seja, 1 ponto percentual superior ao ano de 2011.

O importante crescimento nas vendas dos produtos especiais da Heringer no decorrer dos últimos anos tem se sustentado nos bons resultados agrônomicos obtidos pelos clientes.



Fonte: ANDA

Participação dos Produtos Especiais
Em 2012, o número de clientes manteve-se praticamente em linha com o mesmo período do ano anterior, com 48.871 clientes. O market share no ano de 2012 foi de 16,9% contra 17,2% de 2011.



Fonte: ANDA

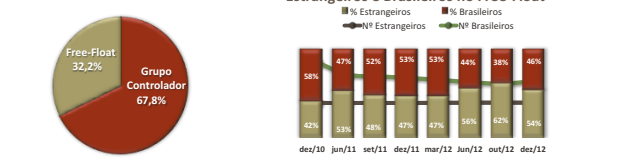
Unidades de Misturas e Capacidade de Produção
A Heringer opera em território nacional, exercendo suas atividades por meio de 20 unidades de produção, comercialização e distribuição de fertilizantes sendo 13 próprias, 4 terciarizadas e 3 arrendadas. Em Paranaguá-PR a Companhia possui uma unidade de produção de ácido sulfúrico e produção de superfosfato simples (SSP). A unidade de produção de Paulínia-SP é a maior delas, com quatro equipamentos de mistura e capacidade de produção ajustada à sazonalidade de aproximadamente 480 mil toneladas por ano. Possui também dois escritórios comerciais situados nas cidades de Luiz Eduardo Magalhães-BA e Maringá-PR.

Composição Acionária Heringer

As ações da Heringer são negociadas no Novo Mercado, segmento máximo de governança corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F Bovespa), desde abril de 2007 sob o código FHER3.
A Heringer participa dos índices ITAG e IGC.

A participação dos estrangeiros no free-float, em 28/12/2012, era de 54%, com 114 investidores e a dos brasileiros de 46%, com 1.735.

Estrutura Acionária e Free-Float





Balancos Patrimoniais 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

Table with columns: Nota, Controladora, Consolidado, 2012, 2011. Rows include Ativo, Ativo circulante, Caixa e equivalentes de caixa, etc.

Table with columns: Nota, Controladora, Consolidado, 2012, 2011. Rows include Passivo, Passivo circulante, Fornecedores, etc.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2012, 2011. Rows include Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimento, Fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Demonstrações do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

Table with columns: Nota, Controladora, Consolidado, 2012, 2011. Rows include Receita operacional líquida, Custos dos produtos vendidos e serviços prestados, Lucro bruto, etc.

Demonstrações do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2012, 2011. Rows include Lucro líquido (prejuízo) do exercício, Outros resultados abrangentes, Total dos resultados abrangentes do exercício.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2012, 2011. Rows include Redução (aumento) nas contas de ativos, Contas a receber de clientes, Estoques, etc.

Demonstrações do Valor Adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2012, 2011. Rows include Receitas, Vendas de mercadorias, produtos e serviços, Outras receitas, etc.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

Table with columns: Capital social, Ajuste de avaliação patrimonial, Prejuízos acumulados, Total. Rows include Em 1º de janeiro de 2011, Lucro líquido do exercício, etc.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

Table with columns: Capital social, Ajuste de avaliação patrimonial, Prejuízos acumulados, Total. Rows include Em 1º de janeiro de 2011, Lucro líquido do exercício, etc.

1. Informações gerais

A Fertilizantes Heringer S.A. ("Heringer" ou "Companhia") tem como atividade preponderante a industrialização e a comercialização de fertilizantes sob a marca Heringer, desde 1968.

2. Políticas contábeis

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

2.2 Base de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Fertilizantes Heringer S.A. ("controladora") e sua subsidiária integral Logfert Transportes S.A. ("controlada").

2.3 Base de avaliação: A avaliação do ativo líquido é realizada com base no método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria o custo ou valor justo. Além disso, a legislação societária brasileira requer que as companhias apresentem uma demonstração do valor adicionado - DVA em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, enquanto que para fins de IFRS tais demonstrações são apresentadas como informações suplementares.

2.4 Base de reconhecimento: A partir de 1º de janeiro de 2012, passaram a vigorar os seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 12 Impostos de Renda (Revisão); IFRS 1 Adoção Inicial das IFRS (Revisão) e IFRS 7 Instrumentos financeiros - Divulgação. A adoção destes pronunciamentos e interpretações não impactou as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

2.5 Base de mensuração: A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. A avaliação da data base da aquisição foi 31 de dezembro de 2011. Posteriormente, em 29 de junho de 2012, a Maxifert foi incorporada pela Companhia. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras consolidadas incluem o resultado do período de cinco meses findo em 31 de maio de 2012 (data base da incorporação da Maxifert).

2.6 Base de reconhecimento: Uma controlada é integralmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixa de ser consolidada a partir da data em que o controle essa.

2.7 Base de reconhecimento: Os exercícios sociais da controlada são coincidentes com o da Companhia, e as demonstrações financeiras são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as da Companhia, exceto as diferenças decorrentes de operações de natureza operacional, oriundas de transações intragrupo, são eliminadas por completo.

2.8 Base de reconhecimento: Uma mudança na participação sobre a controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

(b) Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

(c) Ativos financeiros: (i) Classificação: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de "Receitas financeiras", quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. (iii) Valor justo dos instrumentos financeiros: Os valores justos dos instrumentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado não estiver ativo, os valores justos são determinados com base em técnicas de avaliação, que incluem técnicas como ativos não negociados, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

(iv) Baixa de ativos financeiros: Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos foram vendidos ou quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos foram vendidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

(v) Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(vi) Impairment de ativos financeiros: A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e esse evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado.

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionadas com defaults.

Em relação aos ativos financeiros ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação a perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao custo amortizado: Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando o empréstimo apresentar taxa de juros variável, a taxa de desconto para a mensuração de qualquer perda por redução ao valor recuperável será a taxa de juros efetiva corrente.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado como uma perda por redução ao valor recuperável. A Companhia realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, contratados com o propósito de reduzir os efeitos da volatilidade do câmbio, principalmente sobre suas compras de produtos importados. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Qualquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

Agora a Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a contabilização de hedge (hedge accounting).

O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 11.

(d) Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos por seus clientes (Nota 6). A avaliação da existência de impairment é baseada na análise individualizada dos clientes em atraso, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados e empresas especializadas em cobranças.

(e) Estoques: Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizable, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: Matérias-primas e embalagens - custo médio das compras, usando-se o método da Média Ponderada Móvel. Custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração - compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas, sempre considerando a capacidade operacional normal.

O valor realizable líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e custos estimados necessários para a realização da venda.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

(f) Investimento em controlada: O investimento em empresa controlada é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial, com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da controlada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a controladora e sua controlada, são eliminados de acordo com a participação mantida na controlada.

A participação societária na controlada é demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro atribuído à controladora.

As demonstrações financeiras da controlada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

(g) Bens destinados a venda: Os bens destinados a venda são classificados no ativo não circulante. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda, se o valor contábil puder ser recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda, e não pelo uso contínuo.

(h) Imobilizado: Terrenos e edificações compreendem principalmente fábricas e escritórios. Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual contábil, a diferença na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros decorrentes da desativação, é calculado pelo método linear, de acordo com as taxas apresentadas abaixo. Terrenos não são depreciados.

Edifícios e construções: De 2 a 20, 2,4

Máquinas, equipamentos e instalações industriais: De 5 a 20, 14,7

Móveis e utensílios: De 10 a 25, 11,8

Veículos: De 20 a 25, 20,8

Hardware: De 10 a 25, 20,2

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

(i) Ativos intangíveis: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas apresentadas abaixo. Terrenos não são depreciados.

Taxas de depreciação - % ao ano

Nominal Média ponderada

De 2 a 20, 2,4

De 5 a 20, 14,7

De 10 a 25, 11,8

De 20 a 25, 20,8

De 10 a 25, 20,2

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

(ii) Ativos intangíveis: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas apresentadas abaixo. Terrenos não são depreciados.

Taxas de depreciação - % ao ano

Nominal Média ponderada

De 2 a 20, 2,4

De 5 a 20, 14,7

De 10 a 25, 11,8

De 20 a 25, 20,8

De 10 a 25, 20,2

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

(iii) Ativos intangíveis: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas apresentadas abaixo. Terrenos não são depreciados.

Taxas de depreciação - % ao ano

Nominal Média ponderada

De 2 a 20, 2,4

De 5 a 20, 14,7

De 10 a 25, 11,8

De 20 a 25, 20,8

De 10 a 25, 20,2

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

(iv) Ativos intangíveis: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas apresentadas abaixo. Terrenos não são depreciados.

Taxas de depreciação - % ao ano

Nominal Média ponderada

De 2 a 20, 2,4

De 5 a 20, 14,7

De 10 a 25, 11,8

De 20 a 25, 20,8

De 10 a 25, 20,2

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.



FERTILIZANTES HERINGER S.A. | CNPJ Nº 22.266.175/0001-88

(t) Incentivos fiscais

Redução de ICMS: o benefício fiscal decorre do deferimento concedido à Companhia em setembro de 2003 por participar do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI - Governo do Estado de Sergipe, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 92% do valor do imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS apurado na unidade fabril de Rosário do Catete-SE. O benefício é registrado diretamente no resultado do exercício e posteriormente transferido da conta Lucros acumulados para Reserva de lucros de incentivos fiscais (Nota 21). O programa, originalmente, tinha a duração de dez anos, sendo que em 2013 foi renovado de forma a durar mais 5 anos, totalizando, assim 15 anos, com vencimento em 26 de setembro de 2018.

Redução do imposto de renda a recolher: A partir de 2007, a Companhia passou a usufruir benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda a recolher obtido da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE. O benefício, que é determinado com base no lucro da exploração, foi originalmente concedido em março de 2006, por um período de 10 anos e abrange a unidade localizada em Rosário do Catete-SE. A partir de 2012 o benefício foi estendido para a unidade fabril de Camacari-BA. Para o benefício de Rosário do Catete-SE, a duração é garantida até 2015, e para a de filial Camacari, na Bahia, o benefício tem duração garantida até 2020, por força do artigo 1º da Medida Provisória número 2.199-14, de 24 de agosto de 2001. O benefício é registrado diretamente no resultado do exercício e posteriormente transferido da conta Lucros acumulados para Reserva de lucros de incentivos fiscais (Nota 21).

(u) Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamentos mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os custos iniciais são reconhecidos no resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

(v) Conversão em moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Transações e saldos

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados a ativos e passivos são apresentados na demonstração do resultado como "Variação cambial, líquida" (Nota 2).

(w) Apresentação de informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para os investidores e a administração. O principal tomador de decisões operacionais responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é o Conselho de Administração, nas pessoas de seu presidente, CEO da Companhia e membro do Conselho e demais membros independentes responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

(x) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas pelo método indireto. As operações de compra de matéria-prima realizadas por meio de FINIMP – Financiamentos de importação – são apresentadas como atividade operacional da demonstração dos fluxos de caixa pelo fato de estarem diretamente relacionadas com as atividades operacionais da Companhia.

2.3 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

- IAS 1 **Apresentação das Demonstrações Financeiras** – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes

As revisões do IAS 1 alteraram o agrupamento dos itens apresentados em outros resultados abrangentes. Itens que poderiam ser reclassificados ao resultado em certo período no futuro deveriam ser apresentados separadamente dos itens que nunca serão reclassificados. Estas revisões passam a vigorar para exercícios fiscais iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2013, porém não terá impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

- IAS 19 **Benefícios aos Empregados** (Emenda)

O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. Esta norma entra em vigor para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013 e não terá impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

- IAS 28 **Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures** (revisado em 2011)

Como consequência dos IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013 e não terá impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

- IAS 32 **Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões da IAS 32**

Estas revisões explicam o significado de "atualmente tem o direito legal de compensação". As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia, com vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

- IFRS 1 – **Empréstimos do Governo – Revisões da IFRS 1**

Estas revisões estabelecem a primeira aplicação das exigências da IAS 20 Contabilização de Subvenção e Assistências Governamentais, prospectivamente a empréstimos governamentais existentes na data de transição para as IFRS. As entidades podem optar por aplicar as exigências da IFRS 9 (ou IAS 39, conforme o caso) e a IAS 20 a empréstimos do governo retrospectivamente, se a informação necessária para isso tinha sido obtida no momento da contabilização inicial desse empréstimo.

- IFRS 7 – **Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões da IFRS 7**

Estas revisões exigem que uma entidade divulgue informações sobre os direitos à compensação e acordos relacionados (por exemplo, acordos de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o efeito de acordos de compensação sobre a posição financeira de uma entidade. As novas divulgações são necessárias para todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são compensados com instrumentos financeiros. Apresentação. As divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos a um contrato principal de compensação ou acordo semelhante, independentemente de serem ou não compensados de acordo com a IAS 32. A revisão entrará em vigor para os períodos anuais em ou após 1º de janeiro de 2013 e não terá impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 9 **Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração**

A norma IFRS 9, conforme emitida, reflete a primeira fase dos trabalhos do IASB referentes a substituição da norma IAS 39 e aplica-se a classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, tal como definido na IAS 39. A norma inicialmente vigorou para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, contudo, a norma **Alterações à IFRS 9 - Data Efetiva da IFRS 9 e Divulgações para Transição**, emitida em dezembro de 2011, alterou a data efetiva obrigatória para 1º de janeiro de 2015. Em fases posteriores, o IASB abordará a contabilidade de instrumentos de hedge e a redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros da Companhia, mas não causará impacto na classificação e mensuração de passivos financeiros. A Companhia quantificará o efeito em conjunto com as outras fases, quando for emitida a norma final, compreendendo todas as fases.

- IFRS 10 **Demonstrações Financeiras Consolidadas, IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas**

A norma IFRS 10 substitui a parte do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, que trata da consolidação das demonstrações financeiras consolidadas. Também aborda as questões suscitadas na SIC-12 **Consolidação - Entidades de Propósito Específico**. O IFRS 10 estabelece um modelo único de controle que se aplica a todas as entidades, inclusive entidades de propósito específico. Esta norma entra em vigor para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013 e não terá impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 11 **Empreendimentos Conjuntos**

O IFRS 11 substitui o IAS 31, **Interesses em Empreendimentos Conjuntos** e a SIC-13, **Entidades Controladas em Conjunto - Contribuições Não Monetárias por Empreendedores**. O IFRS 11 elimina a opção de contabilização de entidades controladas em conjunto (ECJ) com base na consolidação proporcional. Em vez disso, as ECC que se enquadrarem na definição de empreendimento conjunto (joint venture) deverão ser contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial. Esta norma entra em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2013 e não terá impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 12 **Divulgação de Participações em Outras Entidades**

A IFRS 12 inclui todas as divulgações anteriormente incluídas na IAS 27 relacionadas às demonstrações financeiras consolidadas, bem como todas as divulgações que foram previamente incluídas na IAS 31 e IAS 28. Estas divulgações são relacionadas às participações de uma entidade em controladas, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013 e não terá impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 13 **Mensuração do Valor Justo**

A IFRS 13 estabelece uma única fonte de orientação nas IFRS para todas as mensurações do valor justo. A IFRS 13 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com as IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera impacto na adoção dessa norma.

- IFRIC 20 **Custos de Remoção de Resíduos na Fase de Produção de uma Mina de Superfície**

Esta interpretação é aplicável aos custos de remoção dos resíduos (stripping costs) ligados na atividade de mineração de superfície, durante a fase de produção da mina. A interpretação aborda a contabilização do benefício da atividade de remoção de resíduos. A interpretação terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A nova interpretação não terá impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Melhorias Anuais – maio 2012

As melhorias apresentadas abaixo não terão impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia:

- IFRS 1 **Adoção Inicial das IFRS** - esta melhoria explica que uma entidade que deixou de adotar as IFRS no passado e optou por, ou foi obrigada a adotar as IFRS, poderá re-adotar a IFRS 1. Se a IFRS 1 não for re-adoptada, a entidade deverá representar retrospectivamente suas demonstrações financeiras como se nunca tivesse deixado de adotar as IFRS.

- IAS 1 **Apresentação das Demonstrações Financeiras** - esta melhoria esclarece a diferença entre a informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima necessária. Geralmente, a informação comparativa mínima necessária refere-se ao período anterior.

- IAS 16 **Imobilizado** - esta melhoria explica que as principais peças de reposição e equipamentos de prestação de serviços que satisfazem a definição de imobilizado não fazem parte dos estoques.

- IAS 32 **Instrumentos Financeiros: Apresentação** - esta melhoria esclarece que os impostos de renda decorrentes de distribuições a acionistas são contabilizados em conformidade com a IAS 12 Impostos de Renda.

- IAS 34 **Demonstrações Financeiras Intermediárias** - a revisão apresenta um alinhamento das exigências de divulgação para ativos totais do segmento ou os passivos totais do segmento nas demonstrações financeiras intermediárias. Esse esclarecimento também garante que as divulgações intermediárias estejam alinhadas com as divulgações anuais. Estas melhorias terão vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são elencadas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para despartir o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa de desconto, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio das companhias incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de Fluxo de

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naquiles praticados no mercado, quando possível, e quando, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, civis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Combinação de negócios

Conforme comentado no tópico "Informações Gerais", em 04 de janeiro de 2012, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas da sociedade Maxiférril Fertilizantes Ltda.. A data base da aquisição foi 31 de dezembro de 2011. O objetivo foi melhorar nossa operação fabril e comercial no Rio Grande do Sul em uma planta própria. A planta anterior era alugada. A aquisição foi contabilizada pelo método de custo.

O preço total de aquisição foi de R\$ 17.980. Desse montante, R\$ 4.000 foi pago em 31 de janeiro de 2012 e o saldo remanescente será pago até 2015, conforme cronograma de pagamento previsto no Contrato. Consequentemente, a Companhia calculou o ajuste a valor presente do passivo no montante de R\$ 2.459, o qual foi registrado em contrapartida do investimento.

O valor justo dos ativos e passivos da Maxiférril na data de aquisição era como segue:

	Valor justo reconhecido na aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	106
Contas a receber de clientes	67
Estoques	751
Tributos a recuperar	1.162
Imobilizado	19.999
Outros ativos	166
Total do ativo	22.251
Fornecedores	(736)
Empréstimos e financiamentos	(1.476)
Impostos diferidos	(5.875)
Adiantamentos de clientes	(254)
Outros passivos	(1.286)
Total do passivo	(9.627)
Acervo líquido adquirido a valor justo	12.624
Ágio apurado na operação (Nota 17)	2.897
Preço total de compra a valor presente	15.521
Caixa líquido adquirido com a controlada	(106)
Fluxo de saída de caixa, líquido	15.415
Parcela a prazo registrada como demais contas a pagar na data de aquisição	(11.521)
Fluxo de saída de caixa na data de aquisição, líquido	3.894

Conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de junho de 2012, em 1º de junho de 2012, a Maxiférril foi incorporada pela Companhia, baseada em laudo de avaliação do balanço patrimonial da controlada levantado em 31 de maio de 2012.

Abaixo, segue o efeito no fluxo de saída de caixa em 31 de dezembro de 2012:

Fluxo de saída de caixa na data da incorporação	
Preço total de compra a valor presente	15.521
Caixa líquido incorporado pela controladora	(1)
Fluxo de saída de caixa, líquido	15.520
Parcela a prazo registrada como demais contas a pagar em 31 de dezembro de 2012	(9.736)
Reversão do ajuste a valor presente até 31 de dezembro de 2012	1.096
Fluxo de saída de caixa em 31 de dezembro de 2012, líquido	6.880

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Taxa média	2012	2011	
Recursos disponíveis em banco e em caixa		40.113	38.643	
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	(i)	100,0% do CDI	243.610	346.139
Debêntures – operações compromissadas	(ii)	100,0% do CDI	185.962	4.453
Outras aplicações		-	1.016	
		469.685	390.251	
		Consolidado	2012	2011
Recursos disponíveis em banco e em caixa		40.853	40.036	
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	(i)	100,0% do CDI	243.610	346.139
Debêntures – operações compromissadas	(ii)	100,0% do CDI	185.962	4.453
Outras aplicações		-	1.016	
		470.425	391.644	

(i) Representadas por quotas de fundo DI (Depósito Interbancário). Essas aplicações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI, com liquidez imediata.

(ii) Referem-se a operações realizadas com instituições financeiras de primeira linha, com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras.

6. Contas a receber de clientes

	2012	2011
Contas a receber no País	654.618	544.752
Contas a receber no exterior	7.647	2.505
Ajuste a valor presente	(8.646)	(5.268)
	653.659	541.989
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.034)	(24.214)
	641.625	517.775
Circulante	(639.499)	(517.670)
Non circulante	2.126	105

Em 31 de dezembro de 2012, o ajuste a valor presente foi calculado tomando como base todas as operações de venda com prazo superior a 30 dias com juros nominais das transações de 1% a mais (1,2% em 31 de dezembro de 2011) através do método do fluxo de caixa descontado. A reversão do ajuste a valor presente é registrada no resultado do exercício, na rubrica despesa financeira.

Os saldos de contas a receber no exterior estão denominados em dólares norte-americanos.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, nenhum dos clientes da Companhia representava mais do que 10% das receitas totais e o dos saldos a receber.

Em 31 de dezembro de 2012, as contas a receber de clientes no valor de R\$ 57.203 (R\$ 69.094 em 31 de dezembro de 2011) encontram-se vencidas, todavia, a Companhia não constituiu provisão para perdas sobre esses valores, pois se referem a uma série de clientes independentes que não têm histórico de inadimplência recente, não existindo expectativa de perdas sobre esses valores, ou para as quais a Companhia possui garantias reais. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	2012	2011
Até três meses	17.749	20.459
De três a seis meses	2.932	11.428
Mais de seis meses	36.522	37.207
	57.203	69.094

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 12.034 (R\$ 24.214 em 31 de dezembro de 2011), cuja análise de vencimentos está apresentada abaixo:

	2012	2011
De três a seis meses	906	9
Mais de seis meses	11.728	24.205
	12.034	24.214

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram como segue:

	2012	2011
Saldo inicial	24.214	41.451
Constituição (reversão) da provisão (i)	(4.879)	7.023
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	(7.301)	(24.260)
Saldo final	12.034	24.214

(i) Registradas na rubrica despesas com vendas, no resultado do exercício.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

7. Estoques

	2012	2011
Matérias primas e embalagens	639.358	479.902
Importações em andamento	191.702	161.662
Adiantamentos a fornecedores	12.406	14.412
Almoxarifado	10.049	8.776
Provisão para ajuste a valor de mercado (i)	(1.586)	(2.620)
	851.929	662.132

(i) Refere-se a provisão para resíduos de matérias primas, cujo custo médio em estoque estava superior ao custo de reposição ou aos valores de realização.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as movimentações da provisão para ajuste a valor de mercado foram como segue:

	2012	2011
Saldo inicial	2.620	1.335
Constituição da provisão (i)	1.587	2.620
Utilização da provisão	(2.621)	(1.335)
Saldo final	1.586	2.620

(i) Registradas na rubrica custos dos produtos vendidos e serviços prestados, no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2011, alguns itens de estoques, que somam o valor de R\$ 9.379, estavam dados em garantia de operações com fornecedores e de financiamentos. Em 31 de dezembro de 2012, não existem itens de estoques dados em garantia.

8. Tributos a recuperar

	2012	2011
Contribuição para financiamento da seguridade social - COF		

16. Imobilizado

	Controladora			
	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos e instalações industriais	Móveis e utensílios
Em 1º de janeiro de 2011	42.877	200.566	186.547	4.521
Aquisições	5.479	20	5.258	731
Baixas	(16)	(2.231)	(15.470)	(23)
Depreciação e amortização	(4.849)	(37.318)	(628)	(1.139)
Transferências	-	19.732	27.945	50
Em 31 de dezembro de 2011	48.340	213.238	166.962	4.651
Incorporação da Maxifertil	8.376	6.358	4.032	51
Aquisições	-	4.547	(2.872)	934
Baixas	-	(35)	(40)	(359)
Depreciação e amortização	-	(5.341)	(35.298)	(716)
Transferências	1.732	4.025	37.277	74
Em 31 de dezembro de 2012	58.448	217.926	174.648	4.954
Saldo em 31 de dezembro de 2011	48.340	213.503	166.962	4.651
Custo	-	(20.265)	(84.302)	(1.701)
Depreciação e amortização	-	-	-	-
Valor residual líquido	48.340	193.238	82.660	2.950
Saldo em 31 de dezembro de 2012	58.448	243.533	287.472	7.354
Custo	-	(125.607)	(174.648)	(2.400)
Depreciação e amortização	-	-	-	-
Valor residual líquido	58.448	117.926	112.824	4.954

Em 31 de dezembro de 2012, as imobilizações em andamento referem-se, substancialmente a: (i) ampliação nas unidades de Paraná-PR; (ii) construção da unidade de Candeias-BA; (iii) aquisição de terreno na unidade de Rondópolis-MT; (iv) ampliação da unidade de Rio Verde-GO; e (v) construção de equipamento de fabricação de produtos especiais em Rosário do Catete-SE. Para conclusão dessas obras, a Companhia possui compromissos já firmados com empreiteiros e outros fornecedores de montante a R\$ 6.350. Tais compromissos serão cumpridos com recursos próprios e geração futura de caixa e com recursos obtidos com instituições financeiras.

Alguns itens do imobilizado, no montante de R\$ 66.143 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 131.079 em 31 de dezembro de 2011), estão dados em garantia de operações com fornecedores e de financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo líquido apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas incluem, além dos ativos imobilizados da Controladora, os ativos imobilizados da Logfert no montante de R\$ 682 (R\$ 7.780 em 31 de dezembro de 2011).

17. Intangível

	Controladora			
	Software	Marcas e patentes	Intangível em andamento	Agio na aquisição da Maxifertil (Nota 4)
Em 1º de janeiro de 2011	2.852	8	3.225	-
Aquisição	1.734	-	164	-
Amortização	(1.379)	(6)	(1.446)	-
Baixas	-	-	-	-
Transferências	1.943	-	(1.943)	-
Em 31 de dezembro de 2011	5.150	2	1.840	-
Aquisição	598	-	-	2.897
Amortização	(996)	(2)	-	(199)
Em 31 de dezembro de 2012	4.752	-	-	2.897
Saldo em 31 de dezembro de 2011	16.393	34	-	-
Custo total	(11.243)	(32)	-	-
Amortização acumulada	5.150	2	-	-
Valor residual líquido	11.243	32	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	16.991	34	-	-
Custo total	(12.239)	(34)	-	-
Amortização acumulada	4.752	2	-	-
Valor residual líquido	12.239	32	-	-
Taxas anuais de amortização - %	20	20	-	-

18. Fornecedores

	Controladora	
	2012	2011
Contas a pagar no País	37.418	47.797
Contas a pagar no exterior	952.763	794.763
Ajuste a valor presente	(26.161)	(11.854)
	964.020	830.706

A Companhia efetua a maior parte das compras de matérias-primas de fornecedores no exterior. Esses títulos estão denominados em dólares norte-americanos.

O ajuste a valor presente foi calculado tomando como base todas as operações de compra com fornecedores, nacionais e no exterior, com prazo superior a 30 dias e juros nominais variáveis acordados para cada compra, utilizando o método de fluxo de caixa descontado.

19. Empréstimos e financiamentos

	Controladora			
	Taxa de juros contratual (I)	Taxa de juros efetiva (I)	2012	2011
Financiamentos de importação (I)	VC + 3,96% a.a.	VC + 5,15% a.a.	998.527	637.584
Fixo US\$ 488.636 mil (US\$ 339.900 mil em 31 de dezembro de 2011)	-	-	-	17.895
Capital de giro (ii)	7,95% a.a.	7,95% a.a.	7.615	7.668
Capital de giro (iii)	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4.489	5.126
Finame (iii)	14,30% a.a.	14,30% a.a.	4.800	42.907
Operações de "vendedor" (iv)	5,90% a.a.	5,90% a.a.	5.119	34.788
Operações de Crédito Rural (iv)	VC+Libor+3,0% a.a.	VC+Libor+3,0% a.a.	6.127	13.321
Outras obrigações	-	-	-	2.879
Cédulas de crédito industrial - BNDES (v)	DI + 4,5% a.a.	DI + 5,19% a.a.	158.609	201.458
Debentures (vi)	-	-	1.231.286	1.003.626
	-	-	(1.228.183)	(847.356)
	-	-	3.103	156.270

Circulante Não circulante

(i) Taxas vigentes em 31 de dezembro de 2012.

Abaixo, segue detalhes dos indicadores mencionados na tabela acima:

• LIBOR (London Interbank Offered Rate) - em 31 de dezembro de 2012 era de 0,50825% ao ano, repactuada semestralmente (0,8085% ao ano em 31 de dezembro de 2011).

• TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) - taxa de juros de longo prazo fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário nacional e divulgada pelo Banco Central do Brasil e calculada tendo por parâmetros metas de inflação e prêmios de risco. Em 31 de dezembro de 2012, a TJLP era de 5,50% ao ano (6,00% ao ano em 31 de dezembro de 2011).

• URJTLIP - unidade de referência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social atualizada com base na TJLP.

• CDI - corresponde à remuneração de depósitos interbancários. Em 31 de dezembro de 2012 era de 6,90% ao ano (10,87% ao ano em 31 de dezembro de 2011).

Abaixo, segue informações adicionais sobre as modalidades dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia:

(i) Financiamentos de importação

Financiamentos contratados junto a várias instituições financeiras para financiar a importação de matérias primas com taxa de juros contratual de 3,96% a.a. em 2012 contra 3,61% a.a. do ano de 2011. O prazo de pagamento é de até 360 dias da data de conhecimento de embarque das matérias primas no exterior ou da data do desembarco da operação. Em 31 de dezembro de 2012, 14% do montante financiado estão garantidos por recebíveis da Companhia, entretanto, o saldo remanescente não possui garantias.

(ii) Capital de giro

Refere-se a operação de empréstimo com uma instituição financeira. Os vencimentos estão previstos para o segundo trimestre de 2013

(iii) FINAME

Cédula de Crédito Industrial com recursos oriundos de repasse da Agência Especial de Financiamento Industrial - Finame ou BNDES.

	2012	Não	2011
2012	-	641	-
2013	1.830	641	-
2014	443	641	-
2015 em diante	2.216	3.203	-
	4.489	5.126	-

(iv) Operações de "vendedor" e crédito rural

A Companhia mantém contratos com instituições financeiras relativos a operações de "vendedor" e crédito rural (vendas à vista com financiamento de instituições financeiras direto para o comprador com garantia da Companhia), efetuadas com seus clientes preferenciais e consignadas no balanço patrimonial em contas de passivo por ser a Companhia garantidora dessas operações. As potenciais perdas são consideradas quando da constituição da provisão para créditos de realização duvidosa. Do total de R\$ 51.119 de operações de crédito rural em 31 de dezembro de 2012, R\$ 41.694 estavam cobertos por seguro de crédito, que cobre eventuais perdas correspondentes a 90% do valor financiado.

(v) Cédulas de crédito industrial BNDES

Em 31 de dezembro de 2012, não havia linhas de crédito industrial BNDES tomadas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2011 foi liquidado em 2012.

(vi) Debentures

Série	Quantidade	Emissão	Valor nominal	Indexador	31 de dezembro de 2012		Total
					Circulante	Não circulante	
FHER11	178	1/8/2010	1.000	DI + 4,5% a.a.	123.827	-	123.827
FHER21	50	1/8/2010	1.000	DI + 4,5% a.a.	34.782	-	34.782
					158.609	-	158.609

Série	Quantidade	Emissão	Valor nominal	Indexador	31 de dezembro de 2011		Total
					Circulante	Não circulante	
FHER11	178	1/8/2010	1.000	DI + 4,5% a.a.	69.992	118.514	188.506
FHER21	50	1/8/2010	1.000	DI + 4,5% a.a.	19.661	33.291	52.952
					89.653	151.805	241.458

A Companhia possui em circulação 228 debentures, não conversíveis em ações, de emissão particular, com valor nominal de R\$ 1.000 cada e com encargos de acordo com a variação da taxa DI acrescida de juros de 4,50% ao ano, calculados pro rata temporis desde a data de emissão até a data do vencimento.

Em 01 de fevereiro de 2012, a Companhia efetuou o pagamento da primeira parcela, dessa forma, restavam duas parcelas remanescentes de igual valor, a vencer em 01 de fevereiro de 2013 e 01 de fevereiro de 2014. No entanto, a administração decidiu pela liquidação antecipada da totalidade das debentures em circulação, efetuando o pagamento das duas parcelas remanescentes no dia 01 de fevereiro de 2013. Dessa forma, a parcela vencida em 2014 foi reclassificada para o circulante em dezembro de 2012.

Essas debentures estão sujeitas a certas condições restritivas e contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que a Companhia mantenha certos índices financeiros. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia atende a todas as suas cláusulas restritivas.

As debentures estão garantidas pela alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Companhia detidas pelos seus controladores e garantia fidejussória dos acionistas controladores.

(vii) Análise de vencimento dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2012		2011	
	Não	2011	Não	2011
2012	-	847.356	-	-
2013	1.228.183	76.426	-	-
2014	785	76.641	-	-
2015	2.218	3.203	-	-
	1.231.286	1.003.626	-	-

(viii) Valor justo dos empréstimos e financiamentos

O valor justo das debentures, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 159.273 (R\$ 243.353 em 31 de dezembro de 2011). O valor justo dos demais empréstimos e financiamentos se aproxima do seu valor contábil.

(ix) Análise dos empréstimos e financiamentos por moeda

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são mantidos nas seguintes moedas:

	2012		2011	
	Reais	Dólares norte-americanos	Reais	Dólares norte-americanos
	232.759	366.042	998.527	637.584
	1.231.286	1.003.626	-	-

20. Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de sua atividade. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela avaliação de seus consultores legais.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a provisão para contingências era composta como segue:

	Controladora e consolidado	
	2012	2011
Contingências de naturezas:		
Tributárias	331	162
(-) Depósitos judiciais	(178)	(17)
	153	145
Trabalhistas e previdenciárias	1.017	1.210
(-) Depósitos judiciais	(73)	(1.176)
	944	34
Cíveis	149	384
(-) Depósitos judiciais	(0)	(370)
	149	14
	1.246	39
Total	1.497	1.756
Provisão para contingências	(251)	(1.717)
(-) depósitos judiciais	1.246	39

(i) Movimentação da provisão para contingências

	2012		2011	
	Saldo inicial	Adições	Reversões	Encargos e atualização monetária
	1.756	4.136	445	736
	-	(3.402)	(872)	(28)
	-	168	-	-
Saldo final	1.497	1.756	-	-

	Controladora							Total em operação	Imobilizações em andamento	Adiantamento a fornecedor de ativo fixo	Total
	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos e instalações industriais	Móveis e utensílios	Veículos	Hardware	Outros				
Em 1º de janeiro de 2011	42.877	200.566	186.547	4.521	3.685	4.169	717	443.082	20.944	7.748	471.774
Aquisições	5.479	20	5.258	731	1.204	573	75	1.204	40.086	10.724	64.326
Baixas	(16)	(2.231)	(15.470)	(23)	(261)	(9)	(29)	(18.109)	(57)	-	(18.166)
Depreciação e amortização	(4.849)	(37.318)	(628)	(1.139)	(1.375)	(107)	(45.416)	-	-	-	(45.416)
Transferências	-	19.732	27.945	50	-	76	-	47.803	(40.022)	(7.781)	-
Em 31 de dezembro de 2011	48.340	213.238	166.962	4.651	3.489	3434	762	440.876	20.951	10.691	472.518
Incorporação da Maxifertil	8.376	6.358	4.032	51	35	29	25	18.906	-	-	18.906
Aquisições	-	4.547	(2.872)	934	1.514	1.363	540	8.898	23.990	15.906	48.794
Baixas	-	(35)	(40)	(359)	(20)	(119)	(3.734)	-	(360)	-	(4.094)
Depreciação e amortização	-	(5.341)	(35.298)	(716)	(1.198)	(1.361)	(145)	(44.059)	-	-	(44.059)
Transferências	1.732	4.025	37.277	74	295	43.403	-	(17.475)	(25.928)	-	-
Em 31 de dezembro de 2012	58.448	217.926	174.648	4.954	3.521	3.730	1.063	464.290	27.106	669	492.065
Saldo em 31 de dezembro de 2011	48.340	213.503	166.962	4.651	3.489	3.434	197	440.876	20.951	10.691	472.518
Custo	-	(20.265)	(84.302)	(1.701)	(2.112)	(4.769)	(192)	(113.346)	-	-	(113.346)
Depreciação e amortização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor residual líquido	48.340	193.238	82.660	2.950	1.377	1.665	105	327.530	20.951	10.691	349.181
Saldo em 31 de dezembro de 2012	58.448	243.533	287.472	7.354	6.103	9.794	1.392	614.096	27.106	669	641.871
Custo	-	(125.607)	(174.648)	(2.400)	(2.582)	(6.064)	(329)	(149.806)	-	-	(149.806)
Depreciação e											



FERTILIZANTES HERINGER S.A. | CNPJ Nº 22.266.175/0001-88

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A Companhia monitora e avalia seus contratos derivativos diariamente e ajusta a estratégia de acordo com as condições de mercado. A Companhia também realiza periodicamente os limites de crédito e a capacidade financeira de seus clientes. Em virtude dessas políticas estabelecidas para os derivativos, a administração considera improvável a exposição a riscos não mensuráveis.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração e prevê a existência de um Comitê de Política de "Hedge", encarregado do gerenciamento de risco dessas operações, e contam com assessoria externa de empresa especializada. Tal comitê é um órgão técnico e consultivo de funcionamento permanente com o objetivo de auxiliar o Conselho de Administração no cumprimento de suas responsabilidades relativas a análises periódicas de medidas de proteção contra variações de taxas de câmbio e de taxas de juros, em análise dos efeitos de tais variações em nossas receitas e despesas. O Comitê de Política de "Hedge" avalia, ainda, a eficácia de nossas medidas de "hedge" adotadas a cada mês e dá recomendações com relação a variações futuras de "hedge".

Nas condições da política de gerenciamento de risco, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que promovem negociações especulativas e venda a descoberto. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados exclusivamente para proteção de fluxo de caixa.

(b) Risco de mercado

Risco com taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Risco com taxa de câmbio

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar norte-americano. O risco cambial decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores das operações em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os ativos e passivos em moeda estrangeira, os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais e a exposição líquida ao risco com taxa de câmbio, são resumidos como a seguir:

Prazos para o impacto financeiro previsto	2012		2011	
Importação em andamento (Nota 7)				
US\$ 96.043 mil (US\$ 86.183 mil em 2011)				
Fornecedores no exterior	Até 35 dias	(191.702)	(161.662)	
US\$ 453.456 mil (US\$ 417.376 mil em 2011)				
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	Até 348 dias	926.638	794.763	
Financiamentos de importação				
US\$ 488.636 mil (US\$ 272.875 mil em 2011)	Até 260 dias	998.527	637.584	
Demais contas a pagar (receber) líquidas	Até 270 dias	6.143	13.668	
US\$ 3.000 mil (US\$ 7.286 mil em 2011)		1.739.606	1.284.353	

Instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais (Nota 11)

US\$ 548.832 (US\$ 215.119 mil em 2011)	Até 246 dias	(1.121.538)	(390.727)
Zero em 2012 (US\$ 6.898 em 2011)	Até 132 dias	-	(12.793)
		(1.121.538)	(403.520)

Exposição líquida

		618.068	880.833
--	--	---------	---------

Devido à relevância das importações de matérias primas no contexto das operações da Companhia, a volatilidade da taxa de câmbio representa um risco relevante às suas operações. O não repasse dos impactos de eventual desvalorização do Real, ou o repasse de eventual valorização do Real aos preços de venda pode resultar em reduções significativas das margens de lucro praticadas e consequente risco relevante às operações da Companhia. Em um cenário de matérias primas com preços estáveis em dólar norte-americano no mercado internacional, o estoque da Companhia permite um "hedge" natural para os passivos lastreados em moeda estrangeira.

Visando minimizar os riscos de taxa de câmbio, a Companhia tem participado de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, contratados junto a instituições financeiras, que se destinam a reduzir sua exposição a riscos de mercado e de moeda. Esses instrumentos financeiros referem-se a derivativos que representam compromissos futuros para compra e venda de moedas ou indexados em datas contratualmente especificadas.

O volume da proteção contratado em 31 de dezembro de 2012 é resultado da decisão do Conselho de Administração da Companhia, subsidiado pelo Comitê de Política de "Hedge".

(c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha, de acordo com limites e ratings previamente estabelecidos, e contratando operações de derivativos apenas com instituições avaliadas como financeiramente sólidas.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

A qualidade do crédito dos demais ativos financeiros que não estão vencidos e não possuem perdas pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito efetuadas pela empresa Lopes Filho & Associados, Consultores de Investimentos (Riskbank), quando houver, ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes:

	2012	2011
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo		
Baixo risco para longo prazo	391.546	331.265
Baixo risco para médio prazo	74.684	38.760
Baixo risco para curto prazo	3.455	20.226
	469.685	390.251

Ativos financeiros derivativos

Baixo risco para longo prazo	-	23.669
------------------------------	---	--------

(d) Risco de liquidez

E o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas políticas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria Financeira.

Visando atender as vendas com o prazo da safra de seus clientes, a Companhia utiliza-se de instrumentos financeiros para garantia de liquidez. Esses instrumentos contam com o aval da Companhia, estão consignados na rubrica Contas a receber de clientes e não possuem diferenças relevantes em relação ao seu valor de mercado.

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em nas contas a receber.

O risco de crédito decorrente de transações com clientes, devido a pulverização dos clientes, é administrado mediante avaliação individualizada dos clientes da Companhia, considerando seu histórico de inadimplência, perspectivas de crescimento da cultura de atuação do cliente e capacidade de pagamento.

A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia e os passivos financeiros derivativos liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2011				
Empréstimos e financiamentos	894.113	153.293	2.910	1.940
Fornecedores	830.706	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2012				
Empréstimos e financiamentos	1.238.112	1.973	2.960	1.973
Fornecedores	964.020	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	24.684	-	-	-

(e) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

Apresentamos a seguir quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos.

A administração da Companhia considerou as seguintes premissas para o cenário I – provável:

- Instrumentos com risco cambial - Os cenários prováveis consideram a taxa de câmbio de R\$ 2,0435 / US\$ e a taxa de CDI de 6,90 % ao ano, observadas no fechamento de 31 de dezembro de 2012, que no entender da administração seriam estáveis no próximo trimestre, e os demais cenários foram construídos a partir destas taxas.
- Instrumentos com risco de taxa de juros – Manutenção da taxa em virtude de contexto econômico e disponibilidades ofertadas pelas instituições financeiras durante o período.

Tais análises consideram os ganhos e as perdas a auferir para os próximos 12 meses ou até a data de vencimento dos contratos, demonstradas entre parênteses, caso a cotação do dólar norte-americano e a taxa de CDI varie de acordo com os percentuais abaixo indicados.

Instrumentos financeiros derivativos – Derivativos de cambiais

	Impacto no resultado do exercício e no patrimônio líquido			
	Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
	-25%	-50%	25%	50%
Cotação do dólar "Hedge" - "Swap"	R\$ 1,5326 (280.384)	R\$ 1,0218 (560.768)	R\$ 2,5544 (280.384)	R\$ 3,0653 (560.768)

Instrumentos financeiros derivativos – Derivativos de juros

	Impacto no resultado do exercício e no patrimônio líquido			
	Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
	-25%	-50%	25%	50%
CDI "Hedge" - "Swap"	5,18% (23.137)	3,45% (21.641)	8,63% (26.063)	10,35% (27.494)

Instrumentos financeiros não derivativos

• Câmbio

	Impacto no resultado do exercício e no patrimônio líquido			
	Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
	-25%	-50%	25%	50%
Cotação do dólar	R\$ 1,5326	R\$ 1,0218	R\$ 2,5544	R\$ 3,0653
Fornecedor no exterior, líquido de importação em trânsito	182.602	365.204	(182.602)	(365.204)
Financiamento de importação	249.644	499.288	(249.644)	(499.288)
Demais contas a pagar	1.536	3.072	(1.536)	(3.072)
	433.782	867.564	(433.782)	(867.564)

• Juros

	Impacto no resultado do exercício e no patrimônio líquido			
	Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
	-25%	-50%	25%	50%
CDI	5,18% (8.216)	3,45% (5.472)	8,63% (13.688)	10,35% (16.416)

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

(f) Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia utiliza capital de terceiros, fornecedores e financiamentos de importação, para financiar parte do seu capital circulante. Também utiliza capital próprio e de terceiros para realização de investimentos de maturação de mais longo prazo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devendo capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de endividamento. Conforme definido no estatuto social, na letra "i" do artigo 18, o limite de endividamento determinado para a contratação pela Diretoria é de até 25% da receita operacional bruta do último exercício encerrado. Acima desse percentual, é necessária a aprovação do Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2012, este índice ficou em 25,8%. O Conselho de Administração em reunião realizada no dia 17 de dezembro de 2012 autorizou a Companhia a elevar seu índice de endividamento para até 40% da receita operacional bruta do último exercício encerrado, com validade até 31 de dezembro de 2013.

32. Cobertura de seguros

Por entender que a possibilidade de ocorrência de sinistro é remota, a Companhia adota a política de não manter cobertura de seguro para todos os seus ativos. No entanto a Companhia possui apólices de seguro para as unidades de produção de Paranaguá-PR e Rondonópolis-MT com limite máximo de indenização de R\$ 10.000, para a frota de veículos com limite máximo de indenização de R\$ 35.607, para os equipamentos financiados pelo Finame com limite máximo de indenização de R\$ 4.473.

Adicionalmente, a Companhia possui apólice de seguro de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores com limite máximo de indenização de R\$ 10.000.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração.

33. Informações por segmento de negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: o presidente do Conselho de Administração, o presidente executivo da Companhia e membro do Conselho de administração e os demais membros do Conselho de Administração.

A Diretoria-Executiva efetuou sua análise do negócio, segmentando-o sob a ótica de processo produtivo, compostos por dois segmentos: (i) Industrial, compreendendo a planta de produção de ácido sulfúrico e Super Fosfato Simples – SSP localizada em Paranaguá; e (ii) Misturadoras, segmento este composto pelas 2 unidades misturadoras da Companhia.

Adicionalmente, os principais tomadores de decisão analisam informações correspondentes ao faturamento (receita bruta) por (i) região geográfica, compostas pelas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste, sendo estas últimas analisadas como uma região única, (ii) tipos de produtos, segregados entre convencionais, diferenciados e vendas industriais; e (iii) cultura a que se aplicam, separadas em diversas culturas, tendo como principais cana, soja, milho, café, reflorestamento e outras.

Os principais tomadores de decisão analisam o desempenho dos segmentos operacionais com base na demonstração do resultado por segmento e do EBITDA Total. As despesas com vendas, gerais e administrativas, não são alocadas aos segmentos, uma vez que o segmento Industrial destina-se a atender as necessidades internas da Companhia, ou seja, os produtos são utilizados pelas misturadoras.

Da mesma forma e por possuir uma administração de caixa centralizada, as receitas e despesas financeiras não são segregadas por segmentos.

As informações por segmento de negócios, revisadas pelos principais tomadores de decisão e correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, são as seguintes:

	2012			2011		
	Industrial	Misturadoras	Total	Industrial	Misturadoras	Total
Receita bruta de vendas	-	5.394.722	5.394.722	1.131	4.779.621	4.780.752
Deduções e impostos sobre vendas	-	(87.257)	(87.257)	-	(76.742)	(76.742)
Receita líquida de vendas	-	5.307.465	5.307.465	1.131	4.702.879	4.704.010
Custos dos produtos vendidos	(27.804)	(4.721.585)	(4.749.389)	(32.804)	(4.011.699)	(4.044.503)
Lucro (prejuízo) bruto	(27.804)	585.880	558.076	(31.673)	691.180	659.507
Despesas operacionais			(356.361)			(353.323)
Despesas financeiras, líquidas			(209.673)			(211.091)
Lucro (prejuízo) operacional			(7.958)			95.093
Imposto de renda e contribuição social			5.492			(31.203)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício			(2.466)			63.890
Depreciação e amortização	11.886	33.170	45.056	12.024	34.284	46.308
EBITDA	(15.918)	262.689	246.771	(19.649)	372.141	352.492

Como antes mencionado, o segmento Industrial destina-se atualmente a atender as necessidades do segmento de Misturadoras. Dessa forma, as vendas do segmento Industrial para as misturadoras foram mensuradas considerando o preço de mercado dos produtos à época da venda. A receita do segmento de Mistura informada aos principais tomadores de decisão foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada na demonstração do resultado e excluem as receitas originadas no segmento Industrial.

As receitas por região geográfica são demonstradas como segue:

	2012	2011
Sudeste	2.778.912	2.591.696
Centro-Oeste	1.175.304	979.396
Norte-Nordeste	741.343	674.965
Sul	699.163	534.695
Receita bruta de vendas	5.394.722	4.780.752

Além das informações por segmento Industrial e Misturadoras, a administração analisa as receitas por produtos, segregadas entre diferenciados e convencionais, bem como as receitas por cultura, como abaixo demonstrado:

Tipos de produto	2012		2011	
Convencionais	3.287.288	2.984.101		
Diferenciados	2.033.160	1.747.587		
Venda Industrial	74.274	49.064		
Receita bruta de vendas	5.394.722	4.780.752		
Cultura	2012	2011		
Cana	1.003.204	921.105		
Soja	940.674	667.487		
Milho	1.040.424	910.800		
Café	874.253	880.396		
Reflorestamento	339.913	302.605		
Outras	1.196.254	1.098.359		
Receita bruta de vendas	5.394.722	4.780.752		

Os ativos por segmento de negócio podem ser assim demonstrados.

	2012			2011		
	Industrial	Misturadoras	Total	Industrial	Misturadoras	Total
Estoques	3.886	848.043	851.929	4.898	657.234	662.132
Imobilizado	97.709	394.356	492.065	109.167	363.351	472.518
Demais ativos	-	1.716.866	1.716.866	-	1.458.852	1.458.852
Total dos ativos	101.595	2.959.265	3.060.860	114.065	2.479.437	2.593.502

Não há informações disponíveis sobre os passivos por segmento, a administração analisa os passivos como um todo, por entender que não há, no momento, relevância na análise destes saldos por segmento.

Como anteriormente citado na Nota 20, o Ministério Público do Paraná propôs Ação Civil Pública onde se discute a regularidade do processo de licenciamento e supostos danos ambientais causados pela planta de produção de SSP (Super Fosfato Simples) de Paranaguá - PR. O resultado do segmento Industrial está negativamente impactado pela paralisação da referida planta.

Tais irregularidades apontadas pelo Ministério Público do Paraná podem ser assim resumidas: (i) suposta irregularidade dos processos de licenciamento ambiental da Unidade Industrial de Fertilizantes; (ii) injeção ilegal em Área de Preservação Permanente ("APP") e em área de Mata Atlântica; e (iii) na prática das atividades de acidulação de rocha, granulação, armazenagem e mistura de fertilizantes, que incluem o armazenamento e utilização de produtos perigosos como ácido sulfúrico e enxofre, e indicariam a ocorrência de gravíssimos danos ambientais à flora, à fauna, ao solo e aos recursos hídricos locais, além de significativos transtornos à saúde e qualidade de vida de centenas de moradores vizinhos à fábrica da Companhia.

A administração, contudo, contesta judicialmente as alegações do Ministério Público, entendendo que a implantação de sua unidade industrial ocorreu dentro das normas vigentes e em pleno acordo com as exigências do Instituto Ambiental do Paraná – IAP.

Atualmente, por força de medida liminar, portanto provisória, datada de 28 de abril de 2010, a Unidade de Acidulação, Granulação e Conversão de Enxofre encontra-se totalmente paralisada, como noticiado inclusive via fato relevante.

Ressalta-se que a Unidade de Mistura de Paranaguá encontra-se liberada e em funcionamento.

Após impetrar os recursos judiciais julgados cabíveis, a administração aguarda a realização da perícia técnica determinada nos autos, através da qual a Companhia pretende comprovar a viabilidade do empreendimento e a liberação de todo o seu parque industrial, ao final.

Além dos recursos judiciais antes citados, a administração preparou e apresentou Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental ("EIA/RIMA") para análise do IAP e do Ministério Público Federal.

Amparada na posição de seus consultores jurídicos nenhuma provisão para perdas foi efetuada sobre os ativos da referida unidade ou para as ações civis citadas no parágrafo anterior.

A produção anual da unidade de Paranaguá-PR é de cerca de 250 mil toneladas de SSP (super fosfato simples) e 200 mil toneladas de ácido sulfúrico, o que atualmente representa cerca de 40% da nossa necessidade de SSP, ou seja, 6% do total do nosso consumo de matérias primas de fertilizantes. A cultura de soja é que mais demanda esse fertilizante. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a depreciação da fábrica registrada no resultado foi de R\$ 11.886 (R\$ 12.024 em 2011).

34. Informações complementares dos fluxos de